



VODAFONE M-PESA, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS
Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019



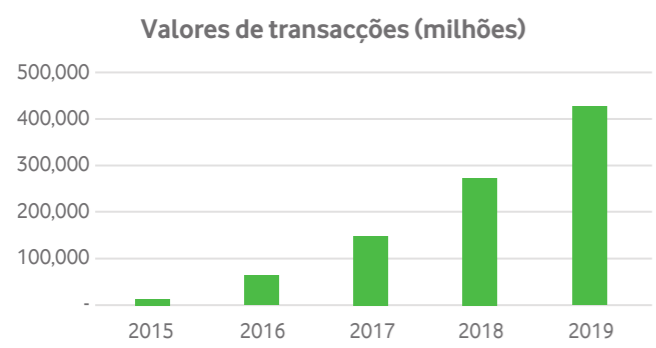
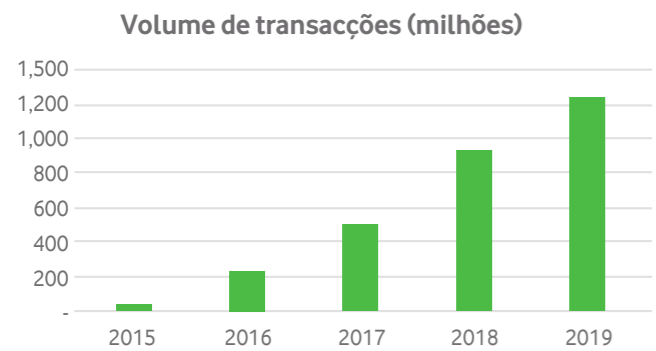
Relatório do Presidente do Conselho de Administração

Em nome do Conselho de Administração, gerência e equipe da Vodafone M-Pesa, SA (M-Pesa), tenho o prazer de apresentar o Relatório Anual da empresa para o exercício financeiro de 2019.

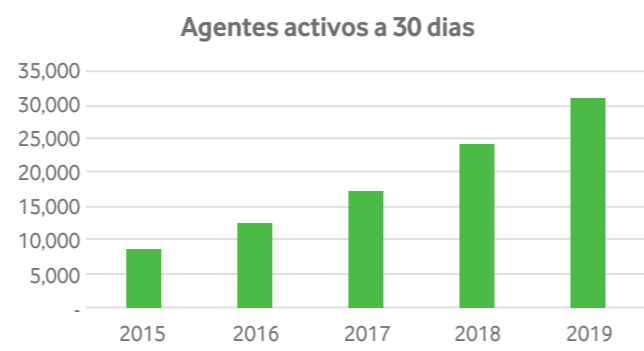
O M-Pesa alcançou um sólido desempenho durante o exercício financeiro de 2019, demonstrado por um aumento de 14% de clientes ativos (YOY) para atingir 4.311 milhões de clientes ativos, antes 3.775. Os agentes ativos cresceram 27% (A / A), atingindo 31.401 agentes ativos em comparação com 24.729 em 2018.

Desempenho da Vodafone M-Pesa, SA.

Desempenho do negócio (KPIs)



A Empresa registrou um total de 1.236 milhões de transações (2018: 926 milhões) realizadas por clientes durante o exercício financeiro de 2019, representando um crescimento anual de 33%. Um crescimento semelhante foi alcançado para os valores das transações, com um total de 429 milhões de MT (2018: 277,3 milhões de MT), um crescimento de 55% (A / A) entre as carteiras durante o exercício.

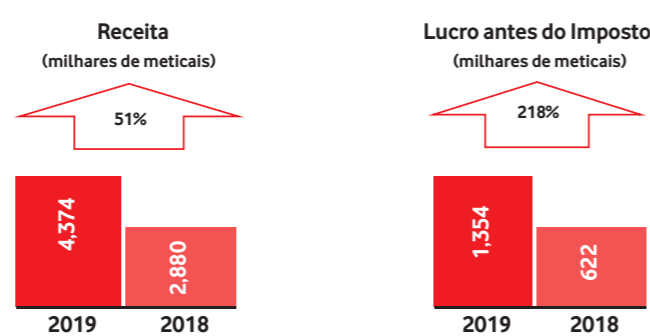


Nossos clientes ativos aumentaram de 3.775 milhões para 4.305 milhões de clientes, com a média de transações por cliente ativo de 11,51 para 12,91 transações por mês - excluindo o tempo de antena.

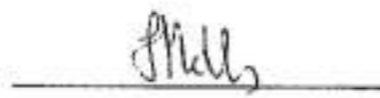
Receita e EBITDA

Crescimento da Receita

A receita continua a crescer de forma constante - 51,0% (A / A) - em linha com o número de transações processadas pelo sistema. A Companhia continua a trabalhar para expandir o ecossistema de dinheiro móvel e canalizar recursos para aumentar a digitalização de transações financeiras e bancárias.



Continuamos focados no objetivo de expandir os serviços financeiros e garantir que a maioria dos moçambicanos tenha acesso a serviços financeiros básicos; nosso sonho é tornar-se um ponto de referência regional, comparável ao status alcançado pelo produto na Tanzânia e no Quênia.



Jerry Mobbs
Presidente do Conselho de Administração

Deloitte.

Caixa Postal 4318
Maputo
Moçambique

Deloitte & Touche
(Moçambique) Lda
Chartered Accountants and
Management Consultants
Registration No: 5917
Rua dos Desportistas, 833
Prédio JAT Y-1 3 Andar

Tel: +258 21320955
Tel: +258 20600100
Mobile: +258 84 3033290
Mobile: +258 82 3033290
contact@deloitte.co.mz
www.deloitte.com

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas da Vodafone M-Pesa, S.A.

Senhores Accionistas,

Nos termos do Artigo 157 do Código Comercial da República de Moçambique, vem o Fiscal Único da **VODAFONE M-PESA, S.A.** apresentar o relatório da sua actividade de fiscalização desenvolvida no decurso do exercício, assim como o parecer sobre as demonstrações financeiras anuais respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, a proposta de aplicação de resultados e o relatório da administração.

Relatório

1. No exercício das suas funções, o Fiscal Único reuniu, sempre que entendeu necessário, com os membros do Conselho de Administração e outros colaboradores.
2. No âmbito das nossas funções, examinámos a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2019, a demonstração de resultados e outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data e os correspondentes anexos, bem como o relatório de gestão preparado pelo Conselho de Administração e o relatório do auditor externo KPMG - Auditores e Consultores, S.A., onde vem expresso a sua opinião sobre as referidas demonstrações financeiras.
3. Através do contacto regular que mantivemos com os membros do Conselho de Administração e outros colaboradores, obtivemos a informação considerada relevante para o desempenho das nossas funções, incluindo a informação relativa aos impactos da pandemia COVID-19.
4. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, acompanhamos, com o detalhe considerado adequado às circunstâncias, a actividade da empresa, o que nos permitiu formar o parecer que abaixo expressamos.

Directors: X Bicho, M James, J Machado

Associate of Deloitte Africa, a Member of Deloitte Touche Tohmatsu Limited

1

Parecer

Como resultado das verificações efectuadas e informações obtidas:

- O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro 2019 estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e demais disposições legais e estatutárias aplicáveis; e
- O Fiscal Único recomenda que a Assembleia Geral aprove as contas relativas ao exercício de 2019, o relatório do Conselho de Administração assim como a proposta de aplicação de resultados.

Cabe-nos também expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da empresa pelo apoio prestado ao exercício das nossas funções, manifestando-lhes ainda apreço pelo esforço e empenho manifestados ao longo do exercício sujeito à nossa actividade fiscalizadora.

Maputo, 16 de Junho de 2020



(Assinado por Zacaria Fakir em representação da Deloitte & Touche (Moçambique), Lda)

Na qualidade de Fiscal Único da **Vodafone M-Pesa, S.A.**

m-pesa
*150#

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III Balção - Contas Individuais (Activo)

Rubricas	Activo	Dezembro 2019			Dez - 2018
		Notas / Quadros anexos	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais		-	-	-
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito		1,409,336	1,409,336	2,133,866
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação		3,407,416	3,407,416	2,426,209
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados				
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda				
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito				
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes				
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade				
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra				
21	Derivados de cobertura				
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda				
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento				
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis		283,116	283,116	230,374
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis		183,0200	183,0200	167,209
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
300	Activos por impostos correntes				401
301	Activos por impostos diferidos				123,297
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos		161,679	161,679	161,679
	Total de activos		5,444,567	5,444,567	5,444,567

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III Balção - Contas Individuais (Passivo)

Rubricas	Passivo	Notas	Dezembro 2019	
			Ano	Ano Anterior
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais			
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação			
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito			
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos		3,022,769	2,260,211
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos			
44	Derivados de cobertura			
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas			
47	Provisões			
490	Passivos por impostos correntes		290,752	
491	Passivos por impostos diferidos		9,005	
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital			
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados			
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos		457,926	2,111,233
	Total de Passivo		3,780,452	4,371,444
	Capital			
55	Capital		1,422,949	1,422,949
602	Prémios de emissão			
57	Outros instrumentos de capital			
- 56	(Acções próprias)			
58 + 59	Reservas de reavaliação			
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados		241,166	(653,436)
64	Resultado do exercício			
- 63	(Dividendos antecipados)			
	Total de Capital		1,664,115	769,513
	Total de Passivo + Capital		5,444,567	5,140,957

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO IV Demonstração de Resultados - Contas Individuais

Rubricas	Passivo	Notas	Dezembro 2019	
			Ano	Ano Anterior
79 + 80	Juros e rendimentos similares		-	-
66 + 67	Juros e encargos similares		-	-
	Margem financeira		-	-
82	Rendimentos de instrumentos de capital			
81	Rendimentos com serviços e comissões		4,374,628	2,880,556
68	Encargos com serviços e comissões		(2,227,094)	(1,774,955)
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial			
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos			
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração		253,734	376,414
	Produto bancário		2,401,268	1,482,015
70	Custos com pessoal		(350,155)	(141,658)
71	Gastos gerais administrativos		(569,987)	(620,857)
77	Amortizações do exercício		(127,123)	(97,434)
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações			
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
	Resultados antes de impostos		1,354,003	622,066
	Impostos			
65	Correntes		(327,101)	-
74 - 86	Diferidos		(131,439)	(227,248)
640	Resultados após impostos		895,463	394,818
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

Comprar Credelec? De casa já está.



Digita *150#
Já está.

Relatório dos Administradores

Os Administradores têm o prazer de apresentar o presente relatório, o qual faz parte das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

1. Natureza do Negócio

A Vodafone M-Pesa, S.A. (a Empresa) tem como objectivo a emissão de meios de pagamento sob a forma de moeda electrónica, bem como a prestação de serviços de transacção directamente com os seus clientes para a emissão de um montante electrónico em troca da recepção de fundos equivalentes.

A Sociedade poderá igualmente prestar serviços financeiros e serviços não financeiros estritamente relacionados com a emissão de moeda electrónica, nomeadamente a gestão de moeda electrónica através da realização de funções operacionais e outras funções acessórias ligadas à sua emissão, bem como exercer actividades referentes ao armazenamento de dados em formato electrónico em nome de outras entidades.

2. Revisão de actividades e resultado

O rédito do exercício foi de 4.374.628 milhares de meticais (2018: 2.880.556 milhares de Meticais) e o lucro antes do imposto foi de 1.354.003 milhares de Meticais (2018: 622.066 milhares de Meticais).

Informações adicionais sobre a actividade, desempenho e posição financeira da Empresa são apresentadas nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

3. Reexpressão dos resultados financeiros do exercício anterior

A Empresa reexpressou os seus resultados financeiros do exercício anterior de modo a adequar correctamente a interpretação jurídica e contabilística dos "Juros sobre contas fiduciárias", de acordo com a AVISO n.º 6/GBM/2015 Artigo 10 - Pagamento de juros e plano de inovação e modernização" que rege o uso dos juros obtidos em "contas fiduciárias". A reexpressão apenas afecta o exercício de 2018, o impacto no exercício de 2017 já está realizado e nenhuma demonstração da posição financeira de abertura em 1 de Janeiro de 2018 é apresentada nestas demonstrações financeiras. A nota 19 das presentes demonstrações financeiras contém uma divulgação completa das alterações efectuadas.

4. Dividendos e distribuição de lucros

Não foram declarados dividendos ordinários durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

5. Capital Social

	Participação %		Total de acções autorizadas até à data:
	2019	2018	
VM, S.A.	99.9996 %	99.9996 %	» VM, S.A. - 56.917.761 acções ordinárias, valorizadas ao par, de 25 meticais por acção.
Mobile Wallet VM 1	0.0002 %	0.0002 %	» <i>Mobile Wallet VM 1</i> - 100 acções ordinárias, valorizadas ao par, de 25 meticais por acção.
Mobile Wallet VM 2	0.0002 %	0.0002 %	» <i>Mobile Wallet VM 2</i> - 100 acções ordinárias, valorizadas ao par, de 25 meticais por acção.
	100.00 %	100.00 %	

Total de acções emitidas e totalmente realizadas (pagas) até à data:

- » VM, S.A. - 56.917.761 acções ordinárias, valorizadas ao par, de 25 meticais por acção.
- » *Mobile Wallet VM 1* - 100 acções ordinárias, valorizadas ao par, de 25 meticais por acção.
- » *Mobile Wallet VM 2* - 100 acções ordinárias, valorizadas ao par, de 25 meticais por acção.

6. Eventos após à data do balanço

O Conselho de Administração não tem conhecimento de qualquer outra matéria ou circunstância ocorrida desde 31 de Dezembro de 2019, que não tenha sido abordada nas demonstrações financeiras, e que tenha afectado significativamente a posição financeira da Empresa em 31 de Dezembro de 2019 bem como os resultados das suas operações. Na nota 20 das demonstrações financeiras é apresentada uma análise detalhada da avaliação da Administração sobre o impacto do Covid-19 nas operações da Empresa.

7. Entidade que detém o controlo da empresa e entidades quem detém o controlo do grupo

A empresa é detida pela VM, S.A. que é uma subsidiária da Vodacom International Limited (Maurícia). A última empresa detentora é a Vodafone Company Plc, que foi constituída e está domiciliada no Reino Unido.

8. Conselho de Administração e Secretariado

Os movimentos ocorridos no Conselho de Administração e secretariado da empresa durante o ano em análise foram:

	Em exercício 01/01/2019	Rescisões	Em exercício 31/12/2019
Administradores			
Jerry Mobbs (¥) (Presidente)	01/01/2019	-	31/12/2019
Christopher Curtis (¥)	01/01/2019	-	31/12/2019
Gulamo Nabi (□)	01/01/2019	-	31/12/2019
Kenneth Gomado (Ø)	01/01/2019	-	31/12/2019
Lan Nguyen**	01/01/2019	-	31/12/2019
Alterações dos funcionários não atualizados anteriormente			
Abdul Carimo	01/01/2018	16/10/2018	-
Lan Nguyen (✓)**	-	16/10/2018	31/12/2018
Secretária			
Lara Nancy (□)	01/01/2019	-	31/12/2019

**A nomeação de Lan Nguyen está pendente pela aprovação do Banco de Moçambique

Nacionalidade

- (□) – Moçambicana
- (¥) – Britânica
- (Ø) – Ganesa
- (✓) – Vietnamita

9. Sede Social e Endereço Postal

Sede Social:	Edifício Vodacom Rua dos Desportistas, N° 649 Maputo Moçambique	Endereço Postal:	Edifício Vodacom Rua dos Desportistas, N° 649 Maputo Moçambique
---------------------	--	-------------------------	--

10. País de constituição

A Empresa foi constituída na República de Moçambique.

11. Auditores

Em 16 de Abril de 2018, o Conselho de Administração nomeou a KPMG Auditores e Consultores, S.A. como os novos auditores da Vodafone M-Pesa, S.A. A nomeação foi aprovada pelo Banco Central em 20 de Novembro de 2018.

Declaração de Responsabilidade dos Administradores

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras da Vodafone M-Pesa, S.A. que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Março de 2019, e a demonstração de resultados e outro rendimento integral, demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do ano findo naquela data, e assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Os Administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno que determinem necessário para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, seja devidas a fraude ou erro, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. Os administradores são igualmente responsáveis pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

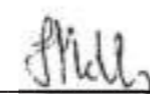
Os administradores fizeram uma avaliação da capacidade da empresa continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade, e não têm motivos para duvidar da capacidade do negócio poder continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anuais da Vodafone M-Pesa, S.A., conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de Junho de 2020 e vão assinadas em seu nome por:



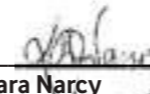
Christopher Curtis
Administrador



Jerry Mobbs
Presidente do Conselho de Administração

Certificado do Secretariado da Empresa

Na minha qualidade de Secretária da Empresa, confirmo que, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, a Empresa apresentou junto do Registo de Sociedades todas as declarações exigidas nos termos da legislação relevante para Empresa e que todas as declarações são verdadeiras, correctas e actualizadas.



Lara Nancy
Secretária



Pague Salários com M-Pesa e já está

Pague salários através do M-Pesa, a qualquer hora, de forma fácil, rápida e segura.

Já está
Facilita a tua vida

Para mais informações contacte M-Pesa.Business@vm.co.mz






KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, N.º 72C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
Web: www.kpmg.com/mz

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Accionistas da Vodafone M-Pesa, S.A.

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da Vodafone M-Pesa, SA, (a Empresa) constantes das páginas 8 a 38, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2019, e a demonstração de resultados e outro rendimento integral, demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada em todos aspectos materiais, a posição financeira da empresa em 31 de Dezembro de 2019, e o seu desempenho financeiro a fluxos de caixa do período findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Base de Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades sob essas normas estão descritas na secção da responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras do nosso relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com o Código de Ética para Revisores Oficiais de Contas da Federação Internacional de Contabilistas (Código IESBA) e de acordo com outros requisitos de independência aplicáveis à realização de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Acreditamos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra Informação

Os administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende o relatório dos administradores, a declaração da responsabilidade dos administradores e o certificado do secretariado da empresa. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos em outra informação obtida antes da data do presente relatório do auditor, concluímos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade dos Administradores com relação às demonstrações financeiras

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e por um sistema de controlo interno que a administração determinar como necessários para permitir a preparação das demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, devidas a fraude ou a erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade da empresa de continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade, divulgando, conforme aplicável, assuntos relacionados com o pressuposto da continuidade e utilizar o pressuposto de continuidade a menos que os administradores pretendam dissolver a Empresa e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa senão fazê-lo.

6

KPMG Auditores e Consultores, SA, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, é membro de KPMG International, uma cooperativa Suíça

Registered in Moçambique sob a designação de, KPMG Auditores e Consultores, SA

KPMG Auditores e Consultores, SA, a Mozambique limited liability company, is a member of KPMG International, a Swiss cooperative

Registered in Mozambique, as KPMG Auditores e Consultores, SA

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais, devidas a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma garantia razoável de fiabilidade é um elevado nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre uma distorção material quando existir. As distorções materiais podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, poder influenciar razoavelmente as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e implementamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a demagogia do controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos Administradores.
- Concluímos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Empresa de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluímos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que a Empresa deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma opinião apropriada.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:

Miesh Al Gasani, 92/OCAM/2017

Socio

16 de Junho de 2020

(valores em milhares de MZN)

Demonstração de resultados e outro rendimento integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019	Notas	2019	2018 Reexpresso *
Rendimento de serviços e comissões	2	4,374,628	2,880,556
Gastos com serviços e comissões	2	(2,227,094)	(1,774,955)
Rendimento líquido de serviços e comissões		2,147,534	1,105,601
Custos com o pessoal	3	(350,155)	(141,658)
Custos com publicidade	4	(147,103)	(89,067)
Custos gerais e administrativos	5	(418,004)	(500,711)*
Depreciação e Amortização	11,12,13	(127,123)	(97,434)
Rendimento financeiro	6	253,734	376,414*
Custo financeiro		(4,880)	(31,079)
Lucro antes do imposto	7	1,354,003	622,066
Imposto sobre o rendimento		(458,540)	(227,248)*
Resultado líquido do exercício		895,463	394,818

* Por favor, Consulte a nota 19 para obter mais detalhes sobre a reexpressão

(valores em milhares de MZN)

Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2019	Notas	2019	2018 Reexpresso *
Activos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1,409,337	2,133,866
Fundos restritos	9	3,407,416	2,426,209
Outros activos	10	161,678	59,601
Activos intangíveis	11	283,116	230,374
Propriedade e equipamento	12	133,300	167,209
Activos de direito de uso	13	49,720	-
Activos por impostos correntes	7.3	-	401
Activos por impostos diferidos	7.2	-	123,297*
Total de activos		5,444,567	5,140,957
Capital próprio e passivos			
Capital próprio			
Capital social	17.1	1,422,949	1,422,949
Reserva legal	17.2	134,419	-
Outra reserva	17.3	305,010	133,471*
Perda acumulada		(197,302)	(786,907)*
Total do capital próprio		1,664,976	769,513
Passivos			
Recursos de clientes	14	3,022,769	2,260,211*
Outros passivos	15	410,769	2,111,233
Passivo de locação	13	47,159	-
Passivos por impostos correntes	7.3	290,752	-
Passivos por impostos diferidos	7.2	8,142	-
Total de passivos		3,779,591	4,371,444
Total do capital próprio e passivos		5,444,567	5,140,957

* Por favor, Consulte a nota 19 para obter mais detalhes sobre a reexpressão

(valores em milhares de MZN)

Demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019	Capital social	Reserva legal	Outra reserva	Perda acumulada	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	25,000	-	-	(1,048,254)	(1,023,254)
Emissão do capital social	1,397,949	-	-	-	1,397,949
Lucro do exercício	-	-	-	394,818*	394,818
Transferência para outra reserva	-	-	133,471	(133,471)*	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018 - reexpresso*	1,422,949	-	133,471	(786,907)*	769,513
Lucro do exercício	-	-	-	895,463	895,463
Transferência para a reserva legal	-	134,319	-	(134,319)	-
Transferência para Outra reserva	-	-	171,539	(171,539)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	1,422,949	134,419	305,010	(197,302)	1,664,976

* Por favor, Consulte a nota 19 para obter mais detalhes sobre a reexpressão

(valores em milhares de MZN)

Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro 2019	NOTAS	2018	2017
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Lucros após imposto		895,463	394,818
Ajustamentos de:			
Depreciação e Amortização		127,123	97,434
Juros e rendimentos similares		(253,734)	(376,414)
Juro e gastos similares		4,880	31,079
Imposto		458,540	227,248
		1,232,272	374,165
Variações em:			
Fundos restritos		(981,207)	(816,713)
Recursos de clientes		762,558	650,714
Outros activos		(102,077)	42,335
Outros passivos		(1,700,464)	1,009,515
		(788,918)	1,260,016
Juros recebidos		253,734	376,414
Juros pagos		(4,880)	(31,079)
Imposto pago		(35,948)	(401)
Caixa líquido (usado em) /gerado de actividades operacionais		(576,012)	1,604,950
Actividades de investimento			
Aquisição de activos intangíveis	11	(134,857)	(62,482)
Aquisição de propriedade e equipamento	12	(6,845)	(49,258)
Fluxo de caixa líquido usado em actividades de investimento		(141,702)	(111,740)
Actividades de financiamento			
Receitas da emissão do capital social		-	300,000
Reembolso do empréstimo de intercompanhias		-	(325,086)
Pagamento dos passivos de locação		(6,815)	-
Caixa líquido usado em actividades de financiamento		(6,815)	(25,086)
(Diminuição)/Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(724,529)	1,468,124
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de Janeiro		2,133,866	665,742
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de Dezembro		1,409,337	2,133,866

I. Entidade relatora

A Vodafone M-Pesa, S.A. (Empresa) está registada na Conservatória do Registo Comercial, sob o número 10035526, na República de Moçambique. A Empresa foi constituída em 16 de Janeiro de 2013, sob a forma de uma instituição de crédito, conforme exigido pela legislação local, e é regulada pelo Banco de Moçambique. A Empresa foi constituída com três accionistas e tem a VM, S.A. como accionista maioritário, com uma participação de 99,98% no capital social.

II. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Vodafone M-Pesa, S.A. foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("NIRF") emitidas pelo Conselho Internacional de Normas de Contabilidade ("IASB"). Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras da Empresa em que a NIRF16 foi adoptada. As alterações relevantes nas políticas contabilísticas são divulgadas na Nota V.

O Conselho de Administração aprovou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 para emissão em 15 de Junho de 2020.

III. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais, que é também a moeda funcional da Empresa. Todos os montantes são arredondados para o milhar mais próximo do Metical, excepto quando indicado em contrário.

IV. Uso de julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração efectuou julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores reportados de activos, passivos, réditos e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas prospectivamente.

Pressupostos e incertezas de estimativa

A informação sobre os pressupostos e incertezas das estimativas em 31 de Dezembro de 2019 que têm um risco significativo de resultar em um ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos no próximo exercício financeiro é apresentada a seguir:

Vidas úteis e valores residuais de propriedade e equipamento e Activos intangíveis

Os itens de propriedade, instalações e equipamento e activos intangíveis são depreciados durante a sua vida útil tendo em conta os valores residuais, quando apropriado. As vidas úteis e os valores residuais dos activos são avaliados anualmente e podem variar dependendo de um conjunto de factores. Ao avaliar as vidas úteis, são tidos em conta factores como as inovações tecnológicas, os ciclos de vida dos produtos e os programas de manutenção. As avaliações do valor residual consideram questões como as condições futuras do mercado, a vida útil remanescente do activo e os valores de alienação previstos. É também considerada a extensão dos lucros e perdas correntes com a alienação de activos semelhantes.

Consulte a Nota 11 - Activos Intangíveis e a Nota 12 -- Propriedade e Equipamento

V. Alterações nas políticas contabilísticas

Excepto como descrito abaixo, as políticas contabilísticas aplicadas nestas demonstrações financeiras são as mesmas que as aplicadas nas últimas demonstrações financeiras anuais. Algumas contas de demonstrações financeiras de exercícios anteriores foram reclassificadas para corresponderem às classificações do ano corrente para melhorar a comparabilidade, mas tal não resultou em alterações no lucro, capital próprio, total do activo nem total do passivo reportado.

Inicialmente, a Empresa adoptou a NIRF 16 a partir de 1 de Janeiro de 2019. Algumas das outras novas normas entram em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2019, mas não têm um efeito material nas demonstrações financeiras da Empresa. Nota M - Novos Pronunciamentos Contabilísticos fornece detalhes sobre as novas normas emitidas.

NIRF 16 Locações

A NIRF 16 foi adoptada pela Empresa em 1 de Janeiro de 2019 com o impacto retrospectivo acumulado reflectido como um ajustamento ao capital próprio na data de adopção. Em termos das disposições transitórias dessa norma, a Empresa aplicou os seguintes expedientes em relação à adopção da NIRF 16:

- Os activos de direito de uso foram mensurados por uma quantia igual ao passivo de locação na adopção, e os custos directos iniciais incorridos na obtenção das locações foram excluídos desta mensuração. Em 31 de Dezembro de 2018 não foram adicionados e deduzidos ao valor do activo do direito de uso aquando da sua adopção, respectivamente, quaisquer pré-pagamentos e acréscimos de locação anteriormente reconhecidos ao abrigo da IAS 17, na determinação do impacto retrospectivo acumulado registado em 1 de Janeiro de 2019.

- As avaliações onerosas da locação ao abrigo da IAS 37 em 31 de Dezembro de 2018 foram efectuadas com base na imparidade dos activos de direito de uso reconhecidos no momento da adopção, em vez de se efectuar uma nova avaliação de imparidade para esses activos no momento da adopção;
- Foi aplicada uma taxa de desconto única a uma carteira de locações com características razoavelmente semelhantes, tais como as locações com um prazo remanescente semelhante para uma classe semelhante de activo subjacente num ambiente económico semelhante.
- Para um contrato que seja, ou contenha, uma locação, as componentes da locação dentro do contrato são contabilizados como uma locação separadamente das componentes não locativas do contrato. A Empresa não aplica nem as opções de curto prazo nem as opções de baixo valor expedientes na NIRF 16.

Principais impactos da aplicação da política contabilística NIRF 16

Os principais impactos nas demonstrações financeiras primárias da Empresa e as principais causas dos movimentos registados na demonstração da posição financeira em 1 de Janeiro de 2019, como resultado da aplicação da política contabilística NIRF 16 ("corrente") em substituição da política anterior ao abrigo da IAS 17, são:

Como locatário

- Nos termos da IAS 17, os locatários classificaram as locações quer como locações operacionais ou financeiras. Os custos com locações operacionais foram gastos numa base linear ao longo do período da locação. As locações financeiras resultaram no reconhecimento, na demonstração da posição financeira, de um activo e de um passivo correspondente para pagamentos da locação, pelo valor actual.
- Segundo a NIRF 16, todos os acordos de locação dão origem ao reconhecimento de um "activo de direito de uso" representando o direito de usar o item locado e um passivo para quaisquer pagamentos futuros da locação durante o período "razoavelmente certo" da locação, que pode incluir períodos futuros de locação para os quais a Empresa tem opções de extensão.
- A contabilização do locatário nos termos da NIRF 16 é semelhante à contabilização da locação financeira para locatários nos termos da IAS 17; Os custos da locação são reconhecidos sob a forma de depreciação do activo do direito de uso e os custos financeiros sobre o passivo da locação que são geralmente descontados à taxa de empréstimo incremental da entidade relevante da Empresa, embora a taxa de juro implícita na locação seja usada quando for mais prontamente determinável. Os encargos com juros serão tipicamente mais elevados na fase inicial da locação e serão reduzidos ao longo do prazo.
- De acordo com a IFRS 16, os exfluxos das actividades operacionais e os pagamentos classificados nos fluxos de caixa das actividades de financiamento aumentam, uma vez que os pagamentos efectuados tanto no início da locação como posteriormente são caracterizados como reembolsos de passivos e juros da locação. Segundo a IAS 17, os pagamentos da locação operacional foram tratados como exfluxos de caixa operacionais. O fluxo de caixa líquido não é afectado pela alteração na política.

Divulgações a transição

O passivo por locação reconhecido na adopção foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos remanescentes da locação, descontados usando a taxa de empréstimo incremental em 1 de Janeiro de 2019. A taxa de juro de empréstimo incremental aplicada aos passivos de locação da Empresa reconhecidos na demonstração da posição financeira em 1 de Janeiro de 2019 foi de 19,25%.

Em 31 de Dezembro de 2018, os compromissos de locação operacional não descontados da Empresa foram de 9.368 milhares de meticais; as diferenças mais significativas entre os compromissos de locação da IAS 17 e os passivos de locação reconhecidos na transição para a NIRF 16 são apresentadas abaixo:

	MT
Compromisso de locação operacional em 31 de Dezembro de 2018	9,368
Desconto usando a taxa de empréstimo incremental em 1 de Janeiro de 2019	5,878
Passivo de locação reconhecido em 1 de Janeiro de 2019	5,878

O impacto na demonstração da posição financeira na transição é resumido a seguir:

Reconhecimento do Ajustamento do Primeiro Dia

	MT
Balanço - Activo de direito de uso	5,878
Balanço - Passivo de locação	(5,878)

Não houve impacto de impostos diferidos no primeiro dia de entrada, pois o activo foi o mesmo com o passivo, sem impacto no capital próprio.

1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS SIGNIFICATIVAS

A. Reconhecimento do réditos - Rendimento de serviços e comissões

O réditos é reconhecido à medida que a Empresa presta serviços no âmbito de um contrato, e quando a quantia do réditos pode ser mensurada de forma fiável e é provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa. O réditos é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida, excluindo impostos sobre vendas e descontos.

A Empresa obtém réditos sobretudo dos valores de transacções e comissões recebidas, as quais incluem:

- transferências de moeda electrónica entre clientes;
- levantamentos de dinheiro dos clientes nos agentes, em troca de moeda electrónica;
- comissões recebidas pelo fornecimento de plataformas de pagamento, para os clientes de servidores públicos;
- comissões recebidas pela venda de recargas da empresa-mãe, a VM, S.A.

B. Juros e rendimentos similares

Os juros são reconhecidos numa base de proporcionalidade de tempo com referência ao valor do capital a receber e a taxa de juro efectiva aplicável.

C. Gastos

As despesas de publicidade e propaganda são reconhecidas à medida que são incorridas. Os custos pré-pagos relacionados com eventos patrocinados são reconhecidos ao longo do período de duração do evento. A compensação relativa à limitação das actividades pós-emprego de um executivo é reconhecida quando incorrida.

C.1 Custos directos - Encargos com serviços e comissões

Os custos directos são compostos por encargos com comissões de transacções bem como despesas de angariação e retenção de clientes e agentes. Os agentes que compõem a rede de distribuição da Empresa são remunerados através de comissões que remuneram o serviço prestado aos clientes. As comissões são incorridas na data de cada transacção realizada pelos clientes, através dos agentes, contribuem directamente para a geração de receitas e são contabilizadas como despesas quando incorridas.

Os custos de angariação e de retenção incorridos pela Empresa para o desenvolvimento e manutenção da rede de agentes são contabilizados como despesa quando incorridos e incluem:

- Incentivo em dinheiro pago para conectar novos clientes ou para alcançar o tráfego de transacções;
- Custo de equipamentos para todo hardware usado por angariadores e agentes na rede de distribuição;
- Custos logísticos pagos aos provedores de serviços de transporte e movimentação de hardware.

D. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores em numérico e à ordem, valor electrónico, saldos sem restrições detidos com outras instituições financeiras e bancos centrais e activos financeiros de elevada liquidez com maturidades originais iguais ou inferiores a três meses a partir da data de aquisição que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração do seu justo valor e que são usados pela Empresa na gestão dos seus compromissos de curto prazo.

A caixa e equivalentes de caixa são registados ao custo amortizado na demonstração da posição financeira.

E. Benefícios dos empregados

Os custos dos benefícios a curto prazo dos empregados, tais como salários, ausências remuneradas, bônus, assistência médica e outras contribuições são reconhecidos durante o período em que os empregados prestam os seus serviços.

F. Instrumentos financeiros F.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Os activos e passivos financeiros, relativamente aos instrumentos financeiros, são reconhecidos na demonstração da posição financeira da Empresa quando a mesma se torna parte nas disposições contratuais do instrumento.

Todos os activos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo justo valor, incluindo os custos de transacção.

Os activos financeiros da Empresa são compostos por fundos restritos que representam depósitos efectuados na conta fiduciária por todos os terceiros em troca de moeda electrónica móvel e respectivos juros não aprovados, e caixa e equivalentes de caixa.

Os activos financeiros são reconhecidos e desreconhecidos na data da negociação quando a compra ou venda do activo financeiro está sob contrato cujos termos exigem a entrega do instrumento dentro do prazo estabelecido pelo mercado em questão.

F.2 Classificação e mensuração

A Empresa classifica os seus activos financeiros com base no modelo de negócio da entidade para gerir os activos financeiros e nos termos contratuais dos fluxos de caixa. Com base nesta avaliação, apenas a categoria de mensuração é aplicável à entidade, sendo os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado. Os outros passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado usando método de taxa de juro efectiva. Os juros, gastos e similares, e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos nos resultados.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente dos instrumentos de dívida depende do modelo de negócio da Empresa para a gestão do activo e das características dos fluxos de caixa do activo. Existe uma categoria de mensuração na qual a Empresa classifica os seus instrumentos de dívida:

- Custo amortizado: Os activos detidos para cobranças de fluxos de caixa contratuais quando os mesmos representam apenas pagamentos de capital e juros são mensurados ao custo amortizado. Os juros e proveitos similares destes activos financeiros são incluídos nos rendimentos financeiros usando o método da taxa de juro efectiva. Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento é reconhecido directamente nos resultados e apresentado em outros ganhos ou perdas em conjunto com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por imparidade são apresentadas como uma rubrica separada na demonstração de resultados.

F.3 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Se os termos de um activo financeiro forem modificados, então a Empresa avalia se os fluxos de caixa do activo modificado são substancialmente diferentes.

Se os fluxos de caixa forem substancialmente diferentes, então os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo financeiro original são considerados como tendo expirado. Neste caso, o activo financeiro original é desreconhecido e um novo activo financeiro é reconhecido pelo justo valor acrescido de quaisquer custos de transacção elegíveis. Quaisquer comissões recebidas como parte da modificação são contabilizadas como segue:

- As taxas que são consideradas na determinação do justo valor do novo activo e as taxas que representam o reembolso dos custos de transacção elegíveis são incluídas na mensuração inicial do activo; e
- Outras taxas são incluídas nos lucros ou prejuízos como parte do ganho ou perda no desreconhecimento.

Se a Empresa planeia modificar um activo financeiro de forma que resulte no cancelamento dos fluxos de caixa, então primeiro considera se uma parte do activo deve ser abatida antes que a modificação ocorra. Esta abordagem tem impacto no resultado da avaliação quantitativa e significa que os critérios de desreconhecimento não são normalmente satisfeitos em tais casos.

Se a modificação de um activo financeiro mensurado pelo custo amortizado não resultar no desreconhecimento do activo financeiro, então a Empresa recalcula primeiro a quantia bruta escriturada do activo financeiro usando a taxa de juro efectiva original do activo e reconhece o ajustamento resultante como um ganho ou perda de modificação nos resultados. Para activos financeiros de taxa variável, a taxa de juro efectiva original usada para calcular o ganho ou perda de modificação é ajustada para reflectir os termos correntes de mercado no momento da modificação. Quaisquer custos ou taxas incorridos e taxas recebidas como parte da modificação ajustam a quantia bruta escriturada do activo financeiro modificado e são amortizados durante o prazo remanescente do activo financeiro modificado.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando os seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Neste caso, um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo seu justo valor. A diferença entre o valor contabilístico do passivo financeiro desreconhecido e a contraprestação paga é reconhecida nos resultados. A contraprestação paga inclui os activos não financeiros transferidos, caso existam, e o pressuposto dos passivos, incluindo o novo passivo modificado.

Se a modificação de um passivo financeiro não for contabilizada como reconhecimento, então o custo amortizado do passivo é recalculado descontando os fluxos de caixa modificados aos passivos efectivos originais, a taxa de juro efectiva original usada para calcular o ganho ou perda de modificação é ajustada para reflectir os termos correntes de mercado no momento da modificação. Quaisquer custos e taxas incorridos são reconhecidos como um ajustamento na quantia escriturada do passivo e amortizados durante o prazo remanescente do passivo financeiro modificado através de um novo cálculo da taxa de juro efectiva sobre o instrumento.

F.4 Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido apresentado na demonstração da posição financeira quando, e apenas quando, a Empresa tem actualmente um direito juridicamente obrigatório de compensar os montantes e pretende liquidá-los numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os rendimentos e gastos são apresentados numa base líquida apenas quando permitidos nos termos da NIRF, ou para ganhos e perdas resultantes de um grupo de transacções similares, tais como na actividade comercial da empresa.

F.5 Justo Valor

O "justo valor" é o preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração, no princípio ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso a que a Empresa tem acesso nessa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de incumprimento.

Quando um está disponível, a Empresa mensura o justo valor de um instrumento usando o preço cotado num mercado activo para esse instrumento. Um mercado é considerado "activo" se as transacções para o activo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informação sobre preços numa base contínua.

Se não houver preços cotados num mercado activo, a empresa usa técnicas de avaliação que maximizam o uso de inputs observáveis relevantes e minimizam o uso de *inputs* não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes no mercado teriam em conta na determinação do preço de uma transacção.

F.6 Imparidade

A Empresa reconhece provisões para perdas de crédito esperadas ("ECL") sobre instrumentos financeiros que não são mensurados ao Justo Valor através de Resultados ("FVTPL").

A Empresa mensura as provisões para perdas num montante igual à Perda de Crédito Esperada ao longo da vida, com excepção das seguintes, para as quais são mensuradas como Perda de Crédito Esperada de 12 meses:

- Títulos de investimento de dívida com baixo risco de crédito na data de reporte (incluindo principalmente depósitos em bancos - Caixa e equivalentes de caixa e Fundos restritos, e Comissões a receber); e
- Outros instrumentos financeiros sobre os quais o risco de crédito não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

Mensuração da Perda de Crédito Esperada

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada pela probabilidade de perdas de crédito. São mensuradas da seguinte forma:

- Activos financeiros que não apresentam imparidade de crédito à data do relato: como o valor presente de todos os défices de caixa (isto é, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

Activos financeiros em imparidade de crédito

Em cada data de reporte, a Empresa avalia se os activos financeiros escriturados ao custo amortizado estão em imparidade de crédito (referida como "Activos financeiros da Fase 3"). Um activo financeiro encontra-se "em imparidade de crédito" quando ocorre um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro.

A evidência de que um activo financeiro está em imparidade de crédito incluiu os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do mutuário ou do emitente;
- Uma violação do contrato, tal como um incumprimento ou um evento passado;
- A restrição de um empréstimo ou adiantamento por parte da Empresa em termos que a Empresa não consideraria de outra forma;
- A probabilidade do mutuário entrar em falência ou outra reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de um mercado activo para uma garantia.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas na demonstração da posição financeira

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas na demonstração da posição financeira da seguinte forma:

- activos financeiros mensurados pelo custo amortizado: como dedução da quantia bruta escriturada dos activos;

Reversão de imparidade

Para activos mensurados ao custo amortizado: se um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade fez com que a quantia da perda por imparidade diminuísse, então a diminuição da perda por imparidade foi revertida através do lucro resultado.

Abate

A Empresa abate um empréstimo ou um título de investimento, parcial ou totalmente, e qualquer provisão para perdas por imparidade relacionada, caso se tenha determinado a inexistência de perspectivas realistas de recuperação.

Este é geralmente o caso em que a Empresa determina que a contraparte não tem activos ou fontes de rendimento que possam gerar fluxos de caixa suficientes para reembolsar os montantes sujeitos ao abate. Esta avaliação é efectuada ao nível do activo individual.

As recuperações de montantes anteriormente abatidos são reconhecidas quando o montante é recebido e são incluídas em "perdas por imparidade em instrumentos financeiros" na demonstração de resultados e Outro rendimento integral.

Os activos financeiros que são abatidos poderiam ainda estar sujeitos a actividades coercivas, a fim de cumprir os procedimentos de recuperação de montantes devidos pela Empresa.

G. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação actual jurídica ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que a Empresa seja obrigada a liquidar essa obrigação e que uma estimativa fiável do montante da obrigação possa ser efectuada. As provisões são mensuradas de acordo com a melhor estimativa da Administração quanto aos gastos necessários para liquidar a obrigação na data do balanço e são descontadas para o valor presente onde o efeito do valor do dinheiro no tempo é material.

H. Propriedade e equipamento

Reconhecimento e mensuração

Os itens de propriedade e equipamento são mensurados pelo custo deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer depreciações acumuladas bem como de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O software adquirido que é parte integrante da funcionalidade do equipamento associado é capitalizado como parte desse equipamento.

Se partes significativas de um item de propriedade ou equipamento tiverem vidas úteis diferentes, então elas são contabilizadas como itens separados (componentes principais) de propriedade e equipamento.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item de propriedade e equipamento são reconhecidos em outros rendimentos nos resultados.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios económicos futuros dos gastos fluam para a Empresa. As reparações e manutenções em curso são efectuadas à medida que são incorridas.

Depreciação

A depreciação é calculada para abater o custo dos itens da propriedade e equipamento menos os seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo da sua vida útil estimada, e é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos. Os activos locados são depreciados ao longo da sua vida útil.

As vidas úteis estimadas dos itens de propriedade e equipamento significativos são as seguintes:

- Edifícios	- 5 anos
- Equipamento	- 3 anos
- Instalações e equipamento	- 7 anos

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revistos em cada data de relato e ajustados, conforme apropriado.

I. Activos intangíveis

Software

O software adquirido pela empresa é mensurado ao custo deduzido das amortizações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos subsequentes com activos de *software* são apenas capitalizados quando aumentam os benefícios económicos futuros incorporados no activo específico a que se referem. Todos os outros gastos são capitalizados à medida que ocorrem. O *software* é amortizado numa base linear nos resultados ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que está disponível para uso. A vida útil estimada do *software* para os períodos corrente e comparativo é de três a cinco anos.

Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos em cada data de reporte e ajustados, conforme apropriado.

J. Locações

Política aplicável após 1 de Janeiro de 2019

Como locatário

"Activo de direito de uso" para o item locado e é reconhecido um passivo de locação para qualquer pagamento de locação a ser efectuado durante o prazo da locação à data de início da locação. O activo do direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo, sendo o valor presente dos pagamentos da locação efectuados ou por efectuar, mais quaisquer custos directos iniciais incorridos no início da locação e menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

Os activos de direito de uso são depreciados numa base linear desde a data de início até ao primeiro dia do fim da vida útil do activo ou até ao fim do prazo da locação. Se a locação transferir a propriedade do activo subjacente ao locatário no final do prazo da locação ou se o custo do activo do direito de uso reflectir que o locatário irá exercer uma opção de compra, o locatário deve depreciar o activo do direito de uso desde a data de início até ao final da vida útil do activo subjacente. O prazo da locação é o período não cancelável da locação mais quaisquer períodos para os quais a empresa esteja "razoavelmente certa" de exercer qualquer opção de extensão (ver abaixo). A vida útil do activo é determinada de uma forma consistente com as de propriedades, instalações e equipamentos detidos (tal como descrito na nota H). Se os activos do direito de uso forem considerados como estando em imparidade, a quantia escriturada é reduzida correspondentemente.

Os passivos de locação são inicialmente mensurados pelo valor dos pagamentos da locação durante o prazo da locação que não são pagos à data de início e são normalmente descontados usando as taxas de empréstimo incrementais da entidade aplicável (a taxa implícita na locação é usada se for prontamente determinável). Os pagamentos da locação incluídos no passivo de locação incluem tanto pagamentos fixos como pagamentos fixos *in-substance* durante o prazo da locação.

Após o reconhecimento inicial, o passivo de locação é registado ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros da locação decorrente de uma variação num índice ou taxa (por exemplo, um aumento relacionado à inflação) ou se a avaliação da Empresa sobre o prazo da locação muda; qualquer alteração no passivo de locação como resultado destas alterações também resulta numa alteração correspondente no activo do direito de uso registado.

Política aplicável antes de 1 de Janeiro de 2019

A IAS 17 - Locações foi aplicável antes de 1 de Janeiro de 2019. A Empresa não reexpressou os períodos comparativos quando da adopção da NIRF 16 em 1 de Janeiro de 2019, pelo que os resultados da Empresa para os exercícios até 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 foram preparados de acordo com as normas contabilísticas anteriores. A política contabilística da Empresa no âmbito das normas contabilísticas anteriores é apresentada a seguir.

Como locatário

As locações são classificadas como financeiras sempre que os termos da locação transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do activo ao locatário; todas as outras locações são classificadas como operacionais.

Os activos detidos sob locação financeira são reconhecidos como activos da Empresa pelo seu justo valor no início da locação ou, se inferior, pelo valor actual dos pagamentos mínimos da locação, conforme determinado no início da locação. O passivo correspondente ao locador é incluído na demonstração da posição financeira como uma obrigação de locação financeira. Os pagamentos da locação são repartidos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação de locação de modo a alcançar uma taxa de juro constante sobre o saldo remanescente do passivo. A depreciação e os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração de resultados.

As rendas a pagar nos contratos de locação operacional são debitadas, e os incentivos recebidos são creditados na demonstração de resultados numa base linear durante o período da respectiva locação.

K. Imparidade de activos não financeiros

A cada data do relato, a empresa revê as quantias escrituradas dos seus activos não financeiros de forma a determinar se há indicação de imparidade. Se tal indicação existir, então o valor recuperável do activo é estimado.

Para testar a imparidade, os activos são agrupados no grupo mais pequeno de activos que gera influxos de caixa a partir do uso continuado que é amplamente independente dos influxos de caixa de outros activos ou Unidade Geradora de Caixa (UGC). A quantia recuperável de um activo ou UGC é o maior do seu valor de uso e o seu justo valor menos os custos de venda. O valor em uso é baseado nos fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e o risco específico do activo ou da UGC.

Uma perda por imparidade é reconhecida se a quantia escriturada de um activo ou UGC exceder a sua quantia recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados.

Uma perda por imparidade é revertida apenas na medida em que a quantia escriturada do activo não exceda a quantia escriturada que teria sido determinada, líquida de depreciação e amortização, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

L. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende os impostos correntes e diferidos. É reconhecido nos resultados excepto na medida em que se relacione com uma concentração de actividades empresariais, ou itens reconhecidos directamente no capital próprio ou em Outro Rendimento Integral.

Imposto corrente

O imposto corrente compreende o imposto que se espera que seja pago ou a receber sobre o rendimento ou perda tributável do exercício e qualquer ajustamento no imposto a pagar ou a receber relativamente a exercícios anteriores. A quantia de imposto corrente a pagar ou a receber é a melhor estimativa da quantia de imposto que se espera que seja paga ou recebida que reflecta a incerteza relacionada aos impostos sobre o rendimento, caso existam. É mensurado usando taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas à data de relato.

Imposto diferido

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não usados, créditos fiscais não usados e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que haja lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser usados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão das diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se a quantia das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer um activo por imposto diferido na sua totalidade, então os lucros tributáveis futuros, ajustados pela reversão das diferenças temporárias existentes, são considerados, com base nos planos de negócios e previsões da Empresa.

Os impostos diferidos activos são revistos a cada data de reporte e reduzidos na medida em que deixe de ser provável que o benefício fiscal correspondente seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros aumenta.

O imposto diferido é mensurado às taxas de imposto que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando estas se revertem, usando as taxas de imposto decretadas ou substancialmente decretadas na data do relato.

M. Novos pronunciamentos contabilísticos

Pronunciamentos contabilísticos adoptados em 01 de Janeiro de 2019

A Empresa adoptou as seguintes novas políticas contabilísticas para cumprir com as emendas às NIRF:

- Emendas à IAS 28: Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, "Interesses a Longo Prazo em Associadas e Empreendimentos Conjuntos";
- Emendas à IFRS 9: Instrumentos Financeiros, "Características de Pré-pagamento com Compensação Negativa";
- IFRIC 23: Incerteza sobre os Tratamentos de Imposto sobre o Rendimento;
- Emendas à IAS 19: Benefícios dos Empregados, Emendas ao Plano, Restrição ou Liquidação;
- Melhorias às NIRF: ciclo de 2015 a 2017:
 - Emendas à NIRF 3: combinação de negócios e à IFRS 11: Acordos conjuntos, "Participação detida anteriormente numa operação conjunta".
 - Emendas à IAS 12: Impostos sobre o rendimento, "Consequências do imposto sobre o rendimento dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como capital".
 - Emendas à IAS 23: Custos de empréstimos obtidos, "Custos de empréstimos elegíveis para capitalização".
- A NIRF 16: Locações substitui a IAS 17: Locações.

A adopção dos pronunciamentos acima referidos não teve um impacto material nos resultados, posição financeira ou fluxos de caixa da Empresa, excepto no que diz respeito a NIRF16, conforme divulgado na Nota V.

Novos pronunciamentos contabilísticos a adoptar em ou após 1 de Janeiro de 2020

A Empresa ainda não adoptou as seguintes normas, as quais foram emitidas pelo IASB. Actualmente, a Empresa não acredita que a adopção destas normas terá impacto material nos seus resultados, na sua posição financeira ou nos seus fluxos de caixa:

- Emendas à NIRF 2, NIRF 3, NIRF 6, NIRF 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC-32 para actualizar as referidas normas relativamente a referências e citações do Quadro Conceptual ou para indicar onde se referem a uma versão diferente do Quadro Conceptual;
- Emendas à NIRF 3: combinação de negócios para clarificar a definição de uma actividade empresarial; e
- Emendas à IAS 1: Apresentação de Demonstrações Financeiras e à IAS 8 Políticas Contabilísticas: Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, relativamente à definição de "material".

Novos pronunciamentos contabilísticos a adoptar em ou após 1 de Janeiro de 2021

Os seguintes pronunciamentos, potencialmente relevantes para a Empresa, foram emitidos pelo IASB, os quais são válidos para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2021:

- NIRF 17 "Contratos de Seguro"; e
- Emendas à IAS 1 "Classificação de Passivos como Correntes ou Não Correntes";

O relato financeiro da Empresa será apresentado de acordo com as novas normas acima referidas. O trabalho da Empresa para avaliar o impacto destas alterações contabilísticas continua; no entanto, não se espera que as alterações tenham um impacto material nos resultados da demonstração de resultados, demonstração da posição financeira ou demonstração dos fluxos de caixa da Empresa, a partir de 1 de Janeiro de 2020.

2. Resultado líquido de serviços e comissões

	2019	2018
Rendimento de serviços e comissões		
Rendimento de transacções monetárias	3,254,772	1,959,784
Rendimento de comissões	1,119,856	920,772
	4,374,628	2,880,556
Gastos com serviços e comissões		
Comissões de transacções pagas	(1,374,936)	(954,565)
Custos com serviço dados suplementares não estruturados (USSD)	(449,577)	(416,096)
Serviços de Mensagens Curtas (SMS)	(367,340)	(309,929)
Comissões de venda	(35,241)	(94,365)
	(2,227,094)	(1,774,955)

3. Custos com o pessoal

	2019	2018
Salários e remunerações	(342,193)	(138,448)
Contribuições para (INSS)	(7,962)	(3,210)
	(350,155)	(141,658)

Reconciliação da taxa de imposto efectiva

	Taxa	2019	Taxa	2018
Lucro antes de imposto		1,354,003		652,066
Imposto normal sobre o lucro antes de imposto à taxa legal de Moçambique	32.0%	(433,281)	32.0%	(208,661)
Efeito do imposto sobre os não-dedutíveis:				
Custos de propaganda (marketing)	2.0%	(27,669)	2.0%	(12,496)
Multas e penalizações	0.2%	(3,243)	0.0%	-
Outros	0.4%	5,653	2.3%	(6,091)
	34.6%	(458,540)	36.5%	(227,248)

As autoridades tributárias em Moçambique não confirmam a aceitação das declarações fiscais que foram apresentadas. Consequentemente, tais declarações permanecem pendentes e estão sujeitas a revisão e ajustamento ao longo de um período de 5 anos. A administração é de opinião de que, se os exercícios fiscais pendentes forem sujeitos a revisão por

4. Custos com publicidade

	2019	2018
Investimento na mídia	(17,598)	(30,210)
Publicidade Televisão/Cinema	(54,830)	(31,355)
materiais de publicidade	(33,598)	(14,652)
Outras Publicidades	(41,077)	(12,850)
	(147,103)	(89,067)

5. Custos gerais e administrativos

	2019	2018
		Restated*
Custos de viagens	(13,560)	(7,914)
Honorários de auditoria	(2,278)	(3,480)
Taxas de licença da Vodafone	(280,066)	(179,620)
Custos de manutenção de TI	(52,677)	(33,194)
Custos do imposto de selo	(64,064)	(42,241)
Apoio ao centro de atendimento	-	(197,706)
Outros	(5,359)	(36,556)
	(418,004)	(500,711)*

* Por favor, consulte a nota 19 para obter mais detalhes sobre a reexpressão

6. Rendimento Financeiro

	2019	2018
		Reexpresso*
Outros juros de rendimentos similares	-	180,134
Juros de conta fiduciária	253,734	196,280*
	253,734	376,414

* Por favor, consulte a nota 19 para obter mais detalhes sobre a reexpressão

7. Impostos sobre o rendimento

7.1 Montantes reconhecidos nos lucros ou prejuízos Imposto sobre o rendimento

	2019	2018
		Reexpresso*
Imposto corrente	(327,101)	-
Imposto diferido - uso do activo por imposto diferido	(131,439)	(227,248)*
Total do imposto sobre o rendimento	(458,540)	(227,248)*

* Por favor, consulte a nota 19 para obter mais detalhes sobre a reexpressão

parte das autoridades tributárias, não haverá constatações significativas.

7.2 Imposto diferido

A empresa usou integralmente os seus activos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

	Saldo de impostos diferidos em 1 de Janeiro de 2019	Reconhecido através de Lucros e prejuízos	Saldo do imposto diferido em 31 de Dezembro de 2019
Prejuízos fiscais transitados	121,622	(121,622)	-
Provisão de bônus	1,675	1,575	3,250
NIRF 16 Passivo de locação	1,881	13,210	15,091
NIRF 16 Rentabilidade dos Activos	(1,881)	(14,029)	(15,910)
Ganhos ou perdas cambiais não realizados	-	(10,573)	(10,573)
Saldo em 31 de Dezembro	123,297*	(131,439)	(8,142)

* Por favor, consulte a nota 19 para obter mais detalhes sobre a reexpressão

7.3 Passivo por imposto corrente

	2019	2018
Saldo em 1 de Janeiro	(401)	-
Imposto corrente	327,101	-
Imposto sobre o rendimento pago	(35,948)	(401)
Saldo em 31 de Dezembro	290,752	(401)

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Saldos irrestritos com o Banco Central	-	48,613
Depósitos em outros bancos	1,409,337	2,085,253
	1,409,337	2,133,866

9.1 Reconciliação dos fundos restritos aos depósitos de Clientes

	2019	2018
Caixa	3,407,416	2,426,211
Recursos de clientes	(3,022,769)	(2,260,211)
Acréscimos de rendimentos similares de juros em contas fiduciárias	(384,647)	(165,998)
Juros Brutos Acrescidos	450,014	(196,280)
Impostos retidos na fonte	(65,367)	30,282
	(3,407,416)	(2,426,209)

Os juros brutos acumulados são incluídos na retenção na fonte sobre os depósitos a prazo nos bancos comerciais, com excepção do BCI, no montante de 66 230 meticais (2018: 30 282 meticais). A retenção na fonte aplicada a 20% do rendimento bruto de juros é exigida pelas Autoridades Tributárias.

9.2 Reconciliação com outras reservas

	2019	2018
Juros brutos acrescidos	450,014	196,280
Imposto sobre o rendimento de juros acrescidos	(144,004)	(62,809)
	306,010	133,471

12. Propriedade e equipamento

Em 31 de Dezembro de 2019, a repartição da propriedade e equipamento foi a seguinte:

	Edifícios	Equipamentos	Mobiliário e acessórios	TOTAL
DEPRECIACÕES ACUMULADAS				
CUSTO	MZN	MZN	MZN	MZN
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	1,866	166,694	178	168,738
Adições	-	49,258	-	49,258
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	1,866	215,952	178	217,996
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	1,866	215,952	178	217,996
Adições	4,971	1,874	-	6,845
Alienações	-	(66,065)	-	(66,065)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	6,837	151,763	178	158,776
DEPRECIACÕES ACUMULADAS				
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	263	23,505	25	23,793
Depreciações	-	26,981	13	26,994
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	263	50,486	38	50,787
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	263	50,486	38	50,787
Depreciações do exercício	1,042	39,712	-	40,754
Alienações	-	(66,065)	-	(66,065)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	1,305	24,133	38	25,476
Quantia escriturada em 1 de Janeiro de 2018	1,603	143,190	153	144,945
Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2018	1,603	165,466	140	167,209
Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2019	5,532	127,628	140	133,300

13. Locações

A. Locações como locatário (NIRF 16)

A Empresa arrenda o edifício de escritórios e uma loja a partir da qual opera. A duração da locação é de 5 anos. Apresentam-se a seguir informações sobre as locações em que a empresa é locatária.

Activos de direito de uso

	Edifícios 2019	MT
Saldo em 1 de Janeiro		5,878
Adições		48,096
Depreciação do exercício		(4,254)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		49,720

Passivos de locação

	Edifícios 2019	MT
Saldo em 1 de Janeiro		5,878
Adições		48,096
Juros do exercício		4,880
Pagamentos		(11,695)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		47,159

A Empresa não está exposta a qualquer exfluxo de caixa futuro relacionado a opções de extensão e rescisão não incluídas no passivo de locação. Durante o exercício corrente, não se verificaram pagamentos variáveis de locação. A Empresa não tem passivos sob garantias de valor residual e não foram impostas restrições ou acordos de locação durante o corrente ano. Não existem locações assumidas que não tenham iniciado.

O total do fluxo de caixa relativo à locações financeiras durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 foi de 11.695

10. Outros activos

	2019	2018
Comissões a receber	107,091	15,809
Imposto sobre o valor acrescentado	26,414	4,210
Outras contas a receber	28,173	39,582
	161,678	59,601

11. Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2019, a repartição dos activos intangíveis foi a seguinte:

	Software
CUSTO	MZN
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	277,455
Adições	62,482
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	339,937
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	339,937
Adições	134,857
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	474,794
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Software
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	39,123
Depreciação do exercício	70,440
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	109,563
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	109,563
Depreciação do exercício	82,115
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	191,678
Quantia escriturada em 1 de Janeiro de 2018	238,332
Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2018	230,374
Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2019	283,116

MT (2018: MT9,710). O perfil de maturidade dos passivos de locação da Empresa é o seguinte:

Pagamentos de locação não descontados	MT
< 1 Ano	10,607
1-2 Anos	14,673
2-3 Anos	15,408
3-4 Anos	16,177
4-5 Anos	4,093
	60,958
Efeito do desconto	(13,799)
Passivos de locação em 31 de Dezembro de 2019	47,159

Valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos

	MT
2019 - Locações nos termos da NIRF 16	
Juros sobre passivos de locação	(4,880)
Depreciação	(4,254)
2018 - Locações operacionais nos termos da IAS 17	
Gasto de locação	9,710

14. Recurso de clientes

	2019	2018
		Reexpresso*
Clientes empresariais de grande dimensão		
Contas Correntes ("E-wallet")	91,254	516,050
Clientes e agentes móvel		
Contas Correntes ("E-wallet")	2,931,515	1,744,161
	3,022,769	2,260,211

Os depósitos devidos a clientes são compostos principalmente por depósitos de poupança e valores a pagar sob demanda. Os depósitos devidos apenas a clientes incluem instrumentos financeiros classificados como passivos ao custo amortizado.

15. Outros passivos

	2019	2018
Honorários de Auditoria	2,278	3,992
Contas a pagar da VM, SA (Nota 16)	309,460	2,040,724
Segurança Social (INSS) e IRPS	12,720	10,466
Comissões a pagar a agentes	-	14,452
Outras contas a pagar e acréscimos	86,311	40,599

16. Partes Relacionadas

As partes relacionadas da empresa são Vodafone Group Plc e Vodacom Group Limited, e a sua empresa-mãe VM, SA, incluindo acionistas minoritários, e os principais administradores, incluindo membros do conselho de administração.

16.1 Saldos com partes relacionadas

	2019	2018
Outros passivos		
VM, S.A. (Nota 15)	309,460	2,040,724
	309,460	2,040,724

Os saldos pendentes são contas a pagar relativas a cobranças de tempo de antena, taxas USSD e SMS.

16.2 Transacções com partes relacionadas

	2019	2018
VM, S.A.		
Rédito	1,024,548	850,213
Custos directos	(816,917)	(726,025)
Outros custos operacionais	16,793	52,184
Custos de juros	-	(31,079)
	224,424	145,293

16.3 Remuneração dos administradores e do pessoal-chave de gestão

	2019	2018
Administradores		
Administradores executivos	12,831	13,016
Benefícios a curto prazo dos empregados	11,163	10,919
Benefícios a longo prazo dos empregados	1,668	2,097
Pago por:		
Vodafone M-Pesa S.A.	12,831	13,016

17 Capital social e reservas

17.1 Capital social

	2019	2018
Autorizado		
56,917,961 (2018: 56,917,961)		
acções ordinárias, valorizadas ao par, em 25 meticais por cada acção	1,422,949	1,422,949
Emitidas e totalmente realizadas (pagas):		
56,917,961 (2018: 56,917,961)		
acções ordinárias, valorizadas ao par, em 25 meticais por cada acção	1,422,949	1,422,949

De acordo com a legislação de Moçambique todas as acções têm de ser emitidas independentemente de estarem ou não totalmente realizadas.

17.2 Reserva legal

	2019	2018
Atribuição	134,319	-

O artigo 63 da Lei 15/99 exige que a Empresa transfira para a reserva legal um mínimo de 15% do lucro líquido anual até que o valor da reserva seja igual ao capital social da Empresa. Esta reserva não é distribuível, mas pode ser utilizada para aumento de capital ou para cobertura de perdas futuras. A reserva legal não foi criada em 2018, pois a Empresa ainda possuía prejuízos acumulados.

17.3 Outras reservas - Juros sobre contas fiduciárias

	2019	2018
Saldo de abertura	133,471	-
Juros obtidos líquidos de impostos	171,539	133,471
Saldo de fecho	305,010	133,471

A Empresa criou - Outras reservas - Juros sobre contas fiduciárias, através da constituição de reservas de resultados transitados, rendimentos obtidos a partir de juros sobre contas

fiduciárias, líquidos de impostos. A 'AVISO No. 6/GBM/2015, Artigo 10 - Pagamento de juros e plano de inovação e modernização' regula o uso dos juros obtidos sobre os 'Fundos Fiduciários'. Os juros são restritos e o seu uso é limitado a actividades que conduzam à modernização da tecnologia e sistemas de *Mobile Money*, bem como a programas que resultem na redução das tarifas e encargos globais para os clientes.

Outras reservas no montante de 170 000 MT (2018: zero) aprovadas pelo Banco Central continuam não utilizadas em 31 de Dezembro de 2019, até à conclusão dos projectos para os quais os fundos foram atribuídos.

18 Instrumentos financeiros e gestão de risco

18.1 Quantias escrituradas de instrumentos financeiros

	2019	2018
As quantias escrituradas de instrumentos financeiros analisadas por categorias são as seguintes:		
Depósitos	(3,022,769)	(2,426,209)
Outros passivos	(410,769)	(2,110,832)
Passivos de locação	(47,159)	-
Caixa e equivalentes de caixa	1,409,337	2,133,866
Outros activos - Fundos fiduciários	3,407,416	2,426,209
	1,336,056	23,034

18.2 Gestão do risco financeiro

A Empresa possui activos e passivos financeiros que resultam directamente da sua actividade operacional. A alteração das condições de mercado expõe a Empresa a diversos riscos financeiros e demonstra a importância da gestão de risco como um elemento de controlo da Empresa. Os principais riscos financeiros enfrentados no curso normal dos negócios da Empresa são os riscos de taxa de juro e de liquidez. O risco é gerido no âmbito da política de tesouraria aprovada, sem prejuízo das limitações dos mercados locais em que a Empresa actua

A divisão de tesouraria da Vodacom Group Ltd, oferece um serviço centralizado para coordenar o acesso aos mercados financeiros nacionais e internacionais e gerir os vários riscos financeiros relacionados com as operações da Empresa. As operações de tesouraria são realizadas dentro de um quadro de políticas e directrizes autorizadas e revistas pelo Conselho de Administração da Vodacom Group Limited.

18.3 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas financeiras para a Empresa. A Empresa adopta a política de apenas lidar com contrapartes fidedignas e obter garantias suficientes, se apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por incumprimentos. A Empresa apenas transacciona com entidades que são classificadas com o equivalente a grau de investimento ou superior. Esta informação é fornecida por agências de rating independentes, quando disponíveis. Caso esta informação não esteja disponível, a Empresa utiliza outras informações financeiras disponíveis publicamente e os seus próprios registos comerciais para avaliar os seus principais clientes. A exposição da empresa e os ratings de crédito das suas contrapartes são continuamente monitorizadas e os valores agregados das transacções concluídas está dispersa pelas contrapartes aprovadas. A exposição de crédito é controlada por limites de contraparte que são revistos e aprovados pelo departamento de risco de crédito

Os activos financeiros com potencial para sujeitar a empresa a concentrações de risco de crédito são essencialmente compostos por caixa, depósitos de curto prazo e fundos fiduciários. Os valores de caixa e equivalentes de caixa e os depósitos de curto prazo da Empresa são mantidos em instituições financeiras de elevada confiança e qualidade de crédito.

A tabela seguinte apresenta o montante que melhor representa a exposição máxima da empresa ao risco de crédito em 31 de Dezembro:

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	1,409,337	2,133,866
Fundos restritos	3,407,416	2,426,209
Outros activos	107,091	15,809
Exposição máxima ao risco de crédito de contraparte	4,923,844	4,575,884

Em 31 de Dezembro de 2019, a empresa detinha caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos e comissões a receber em bancos de renome e a empresa considera que estes activos apresentam um baixo risco de crédito, uma vez que todos eles são depósitos à ordem e depósitos a curto prazo, todos com vencimento no prazo de um ano. Não foram registadas perdas esperadas de crédito de contraparte contra estes saldos, uma vez que a empresa estabeleceu salvaguardas suficientes descritas na nota 18.7 para mitigar estas perdas.

18.4 Gestão do risco de mercado

Risco cambial

A Empresa não está exposta ao risco cambial uma vez que os custos são essencialmente incorridos em meticais. Não

existem activos e passivos em moeda estrangeira que possam ter um impacto sobre os resultados quando ocorrem variações nas taxas de câmbio de moeda estrangeira.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro refere-se ao risco de que o justo valor dos fluxos de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juros de mercado.

As exposições ao risco de mercado são medidas através de análises de sensibilidade que mostram como é que o resultado da Empresa seria afectado por mudanças razoavelmente possíveis nas taxas de juro na data de relato. As análises de sensibilidade são apenas para fins ilustrativos uma vez que, na prática, as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

18.5 Análise de sensibilidade da taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo apresentada foi efectuada com base na exposição às taxas de juro para instrumentos financeiros não derivados à data de reporte. Para os passivos de taxa variável, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo apresentado na data de reporte esteve registado durante todo ano. O aumento dos pontos base apresentados é usado aquando da comunicação interna à gestão do risco na taxa de juro e corresponde à avaliação da possível variação das taxas de juro MAIBOR (Maputo Interbank Offer Rate). Um número negativo abaixo indica um aumento das perdas antes de impostos se as taxas de juro fossem os pontos de base especificados mais elevados. Se as taxas de juro fossem os pontos de base especificados mais baixos, haveria um impacto igual e oposto no prejuízo após a tributação e os saldos abaixo seriam positivos.

31 de Dezembro de 2019					
	Notas	Influxo / (exfluxo) nominal bruto	Menos de 1 ano	1-3 anos	3 - 5 anos
Passivos financeiros por tipo					
Passivos não derivados					
Recursos de clientes	11	3,022,769	3,022,769	-	-
Outros passivos		410,769	410,769	-	-
Passivos de locação		60,958	10,607	30,081	20,270
		3,494,496	3,444,145	30,080	20,270
Activos financeiros por tipo					
Activos não derivados	7	1,409,337	1,409,337	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	3,407,416	3,407,416	-	-
Fundos restritos	10	107,091	107,091	-	-
Outros activos		4,923,844	4,923,844	-	-
Exposição Líquida		1,429,348	1,479,699	(30,080)	(20,270)

31 de Dezembro de 2018					
	Notas	Influxo / (exfluxo) nominal bruto	Menos de 1 ano	1-3 anos	3 - 5 anos
Passivos financeiros por tipo					
Passivos não derivados					
Depósitos de clientes	11	2,260,211	2,260,211	-	-
Outros passivos		2,110,233	2,110,233	-	-
		4,370,444	4,370,444	-	-
Activos financeiros por tipo					
Activos não derivados					
Caixa e equivalentes de caixa	7	2,133,866	2,133,866	-	-
Fundos restritos	8.1	2,426,209	2,426,209	-	-
Outros activos	10	15,809	15,809	-	-
		4,575,884	4,575,884	-	-
Exposição Líquida		205,440	205,440	-	-

18.7 Risco de contraparte

A Instituição calcula os requisitos mínimos de capital para o risco de contraparte de acordo com o método padrão estabelecido no Aviso n.º 11/GBM/2013, de 31 de Dezembro de 2013. As posições das aplicações das contrapartes são distribuídas de acordo com as várias classes de exposição ao risco e ajustadas ao risco de cada uma delas.

De acordo com esta metodologia, a avaliação do risco a que a empresa está exposta é feita através da análise das suas exposições, que são posteriormente segmentadas por classes de risco e calibradas por um conjunto de ponderadores predefinidos pela autoridade de supervisão (com base nas recomendações de Basileia II). Os requisitos de capital para Risco de Contraparte, através do método padrão, em 31 de Dezembro de 2019, foram de cerca de 864 mil meticais (2018: 979 mil meticais), um decréscimo de 11,7% em relação ao período anterior.

	2019	2018
Depósito Fixo	1,270,399	1,833,866
MIBOR 1 ano	19.67	19.67
Aumento de pontos de base	0.5	0.5
Impacto do aumento nos lucros ou prejuízos	6,352	10,669
Impacto do aumento no Capital Próprio	4,319	7,255

Uma redução das taxas de juro nos mesmos 0,5 pontos base terá um impacto igual mas oposto nos lucros ou prejuízos e no capital próprio.

18.6 Gestão de risco de liquidez

A Empresa está exposta ao risco de liquidez, em resultado de fluxos de caixa incertos relacionados com saldos a receber e compromissos de capital. Em termos de necessidades de financiamento, a Empresa mantém fundos adequados para honrar os seus compromissos financeiros esperados e inesperados. Em termos de risco de liquidez a longo prazo, espera-se um equilíbrio razoável entre o período em que os activos geram liquidez e o período em que os respectivos activos são financiados.

As tabelas seguintes detalham a maturidade contratual remanescente da Empresa para os seus activos e passivos financeiros não derivados que são todos escriturados ao custo amortizado. As tabelas foram elaboradas na data mais próxima em que a Empresa pode ser exigida a pagar e os valores divulgados representam os fluxos de caixa não descontados.

31 de Dezembro de 2019					
	Notas	Influxo / (exfluxo) nominal bruto	Menos de 1 ano	1-3 anos	3 - 5 anos
Passivos financeiros por tipo					
Passivos não derivados					
Recursos de clientes	11	3,022,769	3,022,769	-	-
Outros passivos		410,769	410,769	-	-
Passivos de locação		60,958	10,607	30,081	20,270
		3,494,496	3,444,145	30,080	20,270
Activos financeiros por tipo					
Activos não derivados	7	1,409,337	1,409,337	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	3,407,416	3,407,416	-	-
Fundos restritos	10	107,091	107,091	-	-
Outros activos		4,923,844	4,923,844	-	-
Exposição Líquida		1,429,348	1,479,699	(30,080)	(20,270)

31 de Dezembro de 2018					
	Notas	Influxo / (exfluxo) nominal bruto	Menos de 1 ano	1-3 anos	3 - 5 anos
Passivos financeiros por tipo					
Passivos não derivados					
Depósitos de clientes	11	2,260,211	2,260,211	-	-
Outros passivos		2,110,233	2,110,233	-	-
		4,370,444	4,370,444	-	-
Activos financeiros por tipo					
Activos não derivados					
Caixa e equivalentes de caixa	7	2,133,866	2,133,866	-	-
Fundos restritos	8.1	2,426,209	2,426,209	-	-
Outros activos	10	15,809	15,809	-	-
		4,575,884	4,575,884	-	-
Exposição Líquida		205,440	205,440	-	-

	2019	2018
Activos ponderados pelo risco		
Banco A	225,195	1,956,435
Banco B	1,153,533	1,330,722
Banco C	649,724	334,117
Banco D	1,007,891	428,264
Banco E	723,472	418,218
Banco F	523,590	395,382
Outros	39,528	32,692
Total	4,322,933	4,895,830
Ponderação de risco	20%	20%
Risco de contraparte	864,587	979,166

A Empresa gere o risco de crédito de contraparte diversificando a tesouraria detida por todas as instituições financeiras onde tem contas abertas. Isto está de acordo com os regulamentos do Banco Central que exigem que não mais de 25% dos fundos fiduciários sejam detidos por uma instituição financeira. Na tabela acima, o cumprimento do limite de 25% pode ser observado. No final de 2018, houve um caso em que o limite de 25% foi excedido durante um curto período antes de

ser corrigido. Para além da diversificação, as instituições financeiras são classificadas de acordo com as notações de crédito emitidas pelas agências internacionais de notação de crédito e os limites de crédito mais elevados são atribuídos a bancos com uma notação de crédito mais elevada. No caso das instituições financeiras moçambicanas, nenhuma das dívidas que foram emitidas foi objecto de notação por uma agência internacional de notação de crédito.

Existem três categorias: Grupos 1, 2 e 3.

- Grupo 1 - Os bancos cujas empresas-mãe tenham emitido dívida com classificação de grau de investimento ou superior e dos quais tenha sido emitida uma garantia parental a favor da empresa estão restringidos a um máximo de 25% de todos os fundos fiduciários do M-Pesa.
- Grupo 2 - Bancos para os quais a Empresa tem parcerias estratégicas mas para os quais não foi possível obter garantias parentais ou a notação de crédito das empresas-mãe ou dos accionistas maioritários não é considerada grau de investimento. A Empresa subscreveu seguros que cobrem até 50% de todos os fundos fiduciários colocados junto destas instituições. Os bancos do Grupo 2 podem deter fundos fiduciários do M-Pesa até 20%.
- Grupo 3 - Bancos para os quais a Empresa tem contas de recolha de caixa operacionais. Os fundos depositados nestas instituições são transferidos para os bancos do Grupo 2 e do Grupo 1.

18.8 Gestão de capital

Os objectivos da Empresa ao gerir o capital, que é um conceito mais amplo do que o "capital próprio" na face da demonstração da posição financeira, são:

- Cumprir com os requisitos de capital estabelecidos pelo Banco de Moçambique, que é o órgão regulador das instituições financeiras em que a Empresa se insere;
- Salvaguardar a capacidade da Empresa de continuar as operações para proporcionar retornos aos accionistas e benefícios a outras partes interessadas; e
- Manter uma forte base de capital para apoiar o desenvolvimento de seus negócios.

A adequação do capital e o uso do capital regulatório são monitorados regularmente pela Administração da Empresa, utilizando técnicas baseadas nas directrizes estabelecidas pelo Banco de Moçambique para fins de supervisão. As informações necessárias são reportadas ao Banco de Moçambique

Em 31 de Dezembro de 2019, o rácio de adequação de capital da Empresa situou-se acima do requisito mínimo regulamentar de 12%.

18.9 Justo valor dos instrumentos financeiros não detidos ao justo valor

Não existem activos financeiros e passivos financeiros que sejam mensurados ao justo valor. A quantia escriturada dos activos e passivos financeiros aproxima-se dos seus justos valores devido ao curto prazo até à maturidade de todos os instrumentos financeiros. A tabela abaixo apresenta o justo valor dos activos financeiros e dos passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

	2019		2018	
	Quantia escriturada em milhares de meticais	Justo valor em milhares de meticais	Quantia escriturada em milhares de meticais	Justo valor em milhares de meticais
Activos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1,409,337	1,409,337	2,133,866	2,133,866
Fundos restritos	3,407,416	3,407,416	2,426,209	2,426,209
Outros activos	107,091	107,091	15,800	15,800
Total	4,923,844	4,923,844	4,575,875	4,575,875
Passivos financeiros				
Recursos de clientes	3,022,769	3,022,769	2,260,211	2,260,211
Outros passivos	410,769	410,769	2,110,233	2,110,233
Passivo de locação	47,159	47,159	-	-
Total	3,480,697	3,480,697	4,370,444	4,370,444

numa base mensal. O Banco de Moçambique exige que cada instituição financeira mantenha uma relação entre o total do capital regulatório e o activo ponderado pelo risco (o "índice de adequação de capital") igual ou superior ao mínimo de 12%. O capital regulatório da Empresa é calculado de acordo com os regulamentos aplicáveis, Avisos Nr.s11/GBM/2013 a 16/GBM/2013 do Banco de Moçambique, e está dividido em dois níveis:

Capital de nível 1: capital social (líquido do valor contabilístico das acções em tesouraria), interesses minoritários resultantes da consolidação de participações no capital próprio permanente, resultados transitados e reservas criadas por apropriações de resultados transitados. O valor contabilístico do *goodwill*, quando aplicável, é deduzido para se chegar ao capital de nível 1; e

Capital de nível 2: empréstimos subordinados qualificados, provisões para imparidade colectiva e ganhos não realizados resultantes da avaliação justa de instrumentos financeiros ao justo valor através de Outro Rendimento Integral.

Os activos ponderados pelo risco são mensurados por meio de uma hierarquia de cinco pesos de risco classificados de acordo com a natureza e reflectindo uma estimativa de risco de crédito, mercado e outros riscos associados a cada activo e contraparte, levando em consideração quaisquer garantias ou garantias elegíveis. Um tratamento similar é adoptado para exposições não reconhecidas na demonstração da posição financeira, com alguns ajustes para reflectir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

A tabela seguinte resume a composição do capital regulamentar e os rácios da instituição para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.

	2019	2018
Acções ordinárias	1,422,949	1,422,949
Resultados transitados	(756,626)	(1,048,254)
Capital de Nível 1	666,323	374,695
Activos intangíveis	(283,166)	(230,374)
Total do capital regulamentar	383,157	144,321
Risco de contraparte	864,587	979,166
Risco operacional	291,247	157,720
Total de activos ponderados pelo risco	1,155,834	1,136,886
Rácio de capital	33%	13%

18.10 Hierarquia do justo valor

A tabela seguinte fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados após o reconhecimento inicial pelo justo valor, Colocados nos Níveis 1 a 3 com base no grau em que o justo valor é observável.

As mensurações do justo valor de nível 1 são as derivadas de preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos.

As mensurações do justo valor de nível 2 são aquelas derivadas de inputs que não sejam preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o activo ou passivo, quer directamente (isto é, como preços) ou indirectamente (isto é, derivados de preços).

As mensurações do justo valor de nível 3 são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem inputs para o activo ou passivo que não se baseiam em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis), o que inclui inputs baseados nos próprios pressupostos do Banco aplicados por outros participantes de mercado no precário de activos semelhantes.

	Nível 2 MT'000s	Total MT'000s
2019		
Activos Financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	1,409,337	1,409,337
Fundos restritos	3,407,416	3,407,416
Outros activos	107,091	107,091
Passivo financeiro		
Recursos de clientes	3,022,769	3,022,769
Outros passivos	410,769	410,769
Passivo de locação	47,159	47,159
2018		
Activos Financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	2,133,866	2,133,866
Fundos restritos	2,426,209	2,426,209
Outros activos	15,800	15,800
Passivo financeiro		
Depósitos de clientes	2,260,211	2,260,211
Outros passivos	2,110,233	2,110,233

19. Reexpressão

Juros sobre contas fiduciárias

Na sequência da divulgação dos resultados financeiros auditados de Dezembro de 2018, a Empresa determinou que os juros sobre as contas fiduciárias não estavam correctamente alinhados com a interpretação contabilística legal e relacionada dos juros sobre as contas fiduciárias. Anteriormente, a Empresa diferiu o reconhecimento dos juros sobre as contas fiduciárias como rendimento, creditando uma conta de passivo no balanço até à obtenção da aprovação do "plano de utilização" por parte do Banco Central.

A lei não sofreu alterações, pelo que a alteração na interpretação da lei por parte da Empresa levou à conclusão de que os juros devem ser reconhecidos no momento em que são obtidos, independentemente da aprovação pelo Banco Central.

A reexpressão apenas afecta o exercício de 2018 sem qualquer impacto nas demonstrações financeiras de 2017, pelo que não é apresentada nestas demonstrações financeiras a demonstração da posição financeira de abertura em 1 de Janeiro de 2018.

Os comparativos foram reexpressos para reflectir o acima exposto. A tabela seguinte ilustra o impacto das alterações nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2018;

	Impacto da reexpressão		
	Tal como anteriormente relatado	Ajustamentos	Conforme reexpresso
Total de passivos			
Depósitos de clientes	2,426,209	(165,998)	2,260,211
Total de activos			
Activo por imposto diferido	186,106	(62,809)	123,297
Total do Capital Próprio			
Outras reservas	-	133,471	133,471
Demonstração de lucros e prejuízos			
Custos gerais e administrativos	(470,430)	(30,281)	(500,711)
Rendimento Financeiro Líquido	180,134	196,280	376,414
Impostos diferidos	(164,439)	(62,809)	(227,248)

20. Eventos subsequentes

Após a data da demonstração da posição financeira e até à data em que o conjunto de demonstrações financeiras foi aprovado para emissão, não houve eventos materiais que tenham ocorrido após a data da demonstração da posição financeira que necessitem de ajustamento nas demonstrações financeiras. Os seguintes eventos subsequentes materialmente relevantes requerem, contudo, divulgação nas demonstrações financeiras:

A epidemia do Covid-19

Em 11 de Março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou pandémico o surto do Coronavírus COVID-19 ("COVID-19"). Muitos governos estão a tomar medidas cada vez mais rigorosas no sentido de ajudar a conter a disseminação do vírus, nomeadamente: exigir o auto-isolamento/ quarentena das pessoas potencialmente afectadas, implementar medidas de distanciamento social e controlar ou encerrar as fronteiras e "bloquear" cidades/regiões ou mesmo países inteiros. A pandemia é um desafio sem precedentes para a humanidade e para a economia mundial e, à data da finalização das demonstrações financeiras, os seus efeitos estão sujeitos a níveis de incerteza significativos. O impacto do COVID-19 será atentamente monitorizado e avaliado quanto ao seu impacto

na empresa. A Empresa adoptou uma série de medidas e implementou planos de contingência com vista a mitigar o impacto negativo da pandemia do COVID-19. A Empresa continua a acompanhar os mercados local e internacional no sentido de ser proactiva em manter rácios apropriados de adequação de capital. No entanto, há uma grande probabilidade de que esta pressão contínua nos mercados globais, como resultado da pandemia COVID-19, leve a perdas de mercado significativas não realizadas. Face ao exposto, a administração reavaliou a adequação do uso do pressuposto de continuidade na preparação destas demonstrações financeiras. Com base na avaliação efectuada, a administração é da opinião de que a dúvida significativa associada às actuais incertezas relacionadas ao COVID-19 não resulta actualmente em incerteza material relacionada a tais eventos ou condições que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa de continuar em actividade. O Conselho de Administração concorda com esta avaliação.

Além disso, em resultado da pandemia do Covid-19, a dívida emitida pela África do Sul foi reduzida a um nível inferior ao grau de investimento. As implicações do risco de crédito de contraparte desta situação para os fundos fiduciários detidos junto de bancos cujas empresas-mãe recebem garantias parentais estão actualmente sujeitas a revisão.

Paga fácil e já está

Sem
taxas

Na hora das compras escolhe um Comerciante com Paga Fácil, o serviço de pagamento ao comerciante, agora sem taxas.



Disponível
na App



Meu M-Pesa

Digita *150#, escolhe a opção 6. Pagamentos,
1. Comerciante Paga Fácil, Digita o código
de comerciante, Digita o valor, depois o PIN e já está.

Já está
Facilita a tua vida

Termos e condições aplicáveis

Para mais informações, contacta a linha do Cliente 84111 ou através da nossa página no  M-Pesa Moçambique ou ainda pelo  na nossa página www.vm.co.mz





m-pesa